

ATA DA 024ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 16h45, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2013, de procedência do Ministério Público, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 223, de 2002, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do pessoal do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas, supressiva e aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal. Solicito a abertura do painel eletrônico.

Quem votar "sim" aprova a matéria e quem votar "não" rejeita-a.

DEPUTADA ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO ARNALDO MORAES	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

sim

Está encerrada a votação.

Temos 34 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado em segundo turno o PLC n. 0016/2013.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0557/2013 e 0560/2013, de autoria do deputado Renato Hinning; 0558/2013 e 0559/2013, de autoria do deputado Gilmar Knaesel; 0561/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0562/2013, de autoria do deputado Taxista Voltolini; 0563/2013 e 0564/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0565/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0951/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0952/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0954/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0955/2013, 0956/2013, 0957/2013, 0958/2013, 0959/2013 e 0960/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; e 0961/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0953/2013, do deputado Taxista Voltolini, que solicita o envio de mensagem aos gerentes das empresas de telefonia celular no estado, pedindo a instalação de rede de telefonia móvel nas localidades do Rodeio 12, Rodeio 32 e Rodeio 50, no município de Rodeio.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0090/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados manifestando contrariedade à tramitação da PEC n. 0045/2009, no tocante à

manutenção da instituição da ouvidoria em seu texto.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - No dia de ontem pedi a v.exa. que a autora nos fizesse um resumo breve da sua intenção. Na ausência da deputada ontem, v.exa. propôs o adiamento da discussão para hoje. Então, faço novamente a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, sr. deputado Silvio Dreveck, brevemente quero dizer que a PEC n. 0045/2009 está gerando debate nacional porque ela, em síntese, limita a atuação das ouvidorias apenas ao âmbito interno, tolhendo a possibilidade de a população manifestar-se. Em síntese é isso.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0085/2013, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, a ser enviada ao governador do estado, solicitando informações referentes ao projeto original da nova SC-108, que resultará num traçado que passa em grande parte pela região de Itoupava Alta, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0086/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao diretor-presidente da Celesc, por meio do governador do estado, requerendo informações sobre o valor investido pela referida empresa em publicidade no primeiro semestre de 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n.0087/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - Cohab -, por meio do governador do estado, requerendo informações sobre a existência de renúncia de receitas estaduais no programa A Casa é Sua.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da matéria da pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que recebeu requerimento subscrito pelos líderes das bancadas solicitando, com amparo no Regimento Interno, a suspensão da sessão do dia 04 de setembro de 2013 pelo tempo de dez minutos, após a Ordem do Dia, para a manifestação do sr. Mário Antônio da Silva, coordenador da microrregião da Central Única dos Trabalhadores - CUT/SC -, que apresentará um

manifesto de trabalhadores e trabalhadoras ao Legislativo catarinense.

Está suspensa a presente sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, concordo com as pautas defendidas pelo representante da CUT, Mário Antônio da Silva, e afirmo que também são minhas as bandeiras da redução da jornada de trabalho e contra as terceirizações, mesmo porque não entendo por que é preciso um projeto para aumentar a quantidade de terceirizações no Brasil, uma vez que isso já se alastrou de forma bastante extraordinária, apesar de a lei impedi-las no caso de atividade afim.

É preciso registrar que o Congresso Nacional tem uma maioria governista, porque se a presidente da República não quiser essa lei não será aprovada. Ou não é assim? Que representantes, partidos e deputados mesmo da base aliada votam contra os interesses da Presidência da República?!

Sr. presidente, desejo registrar os 40 anos de cassação por esta Assembleia Legislativa do mandato do então deputado estadual Paulo Stuart Wright, fato pelo qual esta Casa deve desculpas à sociedade catarinense. Já lá se vão 40 anos e até hoje não se tem muita informação a respeito, mesmo porque se busca não debater muito esse assunto ou o assunto das cassações ocorridas neste Poder durante o período da ditadura militar.

Estaremos na sessão especial de hoje à noite, evidentemente, e gostaríamos de participar de todas as atividades alusivas a Paulo Stuart Wright, deputado cassado por ato de covardia de desta Casa há exatos 40 anos, pois o mínimo que esta Assembleia pode fazer é homenageá-lo.

Srs. parlamentares, quero registrar e lamentar o acidente ocorrido na cidade de Lages, na noite de ontem, no bairro Coral, envolvendo viaturas da Polícia Militar, ocasião em que foi a óbito o cabo Marco Antônio Cardoso e no qual resultaram feridos os soldados Ademir Cesar de Oliveira, que teve traumatismo craniano, e Rafael Pedro Machininski, que fraturou o fêmur.

Esse companheiro de 47 anos que foi a óbito, de quem faço questão de apresentar uma foto em que aparece num momento de alegria com a família, deixou quatro filhos; inclusive, o mais novo seria batizado no próximo domingo, deputada Ana Paula Lima, e ele estava trabalhando ontem justamente porque trocou a escala com um companheiro para estar de folga no domingo, dia do batizado do caçula.

Então, esse acidente, que ceifou uma vida, além de ter ferido outros dois companheiros, destruiu laços de carinho, de fraternidade, relações de companheirismo e de amor dentro de uma família. O cabo Cardoso foi um companheiro que sempre participou das diversas atividades realizadas pela Aprasc, inclusive das últimas assembleias nesta Capital.

Creio que a população catarinense inteira conhece a ocorrência, o sequestro das famílias de três gerentes de uma agência do Banco do Brasil no bairro Coral, em Lages, há dois três dias, e o processo de cumprimento do mandado de prisão e de busca e apreensão por parte dos policiais da serra catarinense, especialmente na cidade de Lages. E na adrenalina, no afã de cumprir bem a sua função, duas viaturas acabaram chocando-se.

Os companheiros do meu gabinete estão em Lages para o momento de despedida e para expressar a nossa solidariedade e a nossa tristeza por mais um companheiro que perdemos na faina diária da busca da defesa da sociedade catarinense.

Por último, gostaria de fazer referência, no tempo que me resta, à nova guerra que os Estados Unidos querem produzir no mundo. O governo americano está pretendendo bombardear a cidade de Damasco, uma das cidades mais antigas do mundo, a

capital da Síria, uma cidade com 1,711 milhão de habitantes. Pois querem os EUA jogar toneladas de bombas contra aquela cidade, com o pretexto de castigar um governante que, supostamente, é o responsável pelo uso de armas químicas contra a própria população. Supostamente, porque não existe nenhuma prova de que isso tenha ocorrido a mando do governo sírio. Não há prova alguma de que o presidente Bashar al-Assad ou algum integrante do seu governo tenha determinado o uso de arma química contra o seu povo. Não há nenhuma prova! O Pentágono e nenhum governo do mundo tem qualquer prova de que tenha sido o governo sírio ou alguém em seu nome o autor daquela chacina.

Vamo-nos reportar a março de 2003 para lembrar que à época o governo dos Estados Unidos disse que havia prova de que o Iraque possuía armas de destruição em massa. Apoiado nessa afirmação, o governo americano resolveu bombardear Bagdá, a capital do Iraque. Bombardear de muito longe, de milhares de quilômetros, deputado Padre Pedro Baldissera! Eu tive a oportunidade de ver e fiquei indignado com as imagens do centro de uma cidade imensa, uma metrópole, cujos prédios viravam uma única bola de fogo em questões de segundos.

E querem dizer que isso é uma medida humanitária, que tem o objetivo específico de destruir alvos militares, bombardeando um centro de uma cidade inteira. É evidente que dezenas, centenas, milhares de pessoas foram assassinadas, muitas pessoas desapareceram, não ficou sequer o pó para alguém reencontrar. É esse o tipo de guerra que fazem.

É evidente que é condenável o uso de armas químicas, e todo aquele que for responsável por isso, na minha avaliação, deve ser condenado à morte. Mas bombardear, a centenas e milhares de quilômetros, uma cidade, uma metrópole, com o pretexto de derrubar um governante, parece-me uma decisão absolutamente estúpida, injustificável. E fizeram isso no Iraque e no Afeganistão, porque além de derrubar Saddam Hussein queriam também caçar Osama Bin Laden. Para caçar um homem

destruíram dois países! e Osama Bin Laden nem estava lá!

Dizem que mataram Osama Bin Laden no Paquistão, também não provaram e não mostraram. E a Al-Qaeda, a organização de Bin Laden, que foi caçada no Afeganistão e no Iraque, destruiu tudo, e agora é aliada da Síria! Durma-se com um barulho desses e entenda-se a humanidade!

Fica aqui o nosso protesto a essa outra tentativa de agressão do imperialismo norte-americano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, e srs. deputados, quero falar sobre vários assuntos, alguns deles já mencionados por parlamentares, inclusive pelo representante da Central Única dos Trabalhadores.

Quero fazer referência a um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional e que tem causado justas manifestações por parte dos trabalhadores. Acho que este Parlamento tem que estar atento, assim como o Congresso Nacional, a alguns projetos que tramitam naquela Casa.

Refiro-me especificamente ao Projeto de Lei n. 4.330/2004, conhecido como o projeto da terceirização do trabalho no Brasil. Seu autor é o deputado federal Sandro Mabel, do PMDB.

(Passa a ler.)

"O movimento sindical brasileiro, através das centrais sindicais, especialmente da CUT, tem-se mobilizado visando à rejeição do projeto que precarizará as relações de trabalho no Brasil.

O projeto se encontra na comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado federal Décio Lima, que sempre afirmou sua disposição de não o pautar para votação porque também concorda com as manifestações dos trabalhadores."

Ele foi advogado de sindicato de trabalhadores e acredita também que vai precarizar muito o trabalho em nosso país.

(Continua lendo.)

"Além do movimento sindical, várias entidades sociais, partidos políticos e entidades do Poder Judiciário tem-se manifestado contrariamente ao PL n. 4.330/2004.

A Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho divulgou uma carta aberta em que pede à Câmara de Deputados a rejeição integral do Projeto de Lei n. 4.330/2004. No documento, a associação que representa cerca de 3.500 juizes do Trabalho em nosso país afirma que o PL é uma 'manobra econômica destinada a reduzir custos de pessoal na empresa, pelo rebaixamento de salários e de encargos sociais, que tem trazido uma elevada conta para o país, inclusive no que se refere aos acidentes de trabalho'.

Deputado Padre Pedro Baldissera, 19 ministros do Tribunal Superior do Trabalho - TST - redigiram um parecer que condena em termos duros e enfáticos o Projeto de Lei n. 4.330/2004, que escancara a terceirização e abre caminho a um dramático retrocesso na legislação e nas relações trabalhistas no Brasil, comprometendo o mercado interno, a arrecadação tributária, o Sistema Único de Saúde e o desenvolvimento nacional.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, somos contra o PL n. 4.330/2004 que tramita no Congresso Nacional. Estamos juntos na luta com as entidades sindicais, com a Central Única dos Trabalhadores e os movimentos sociais e de parcela significativa do Poder Judiciário.

Quero ainda, sr. presidente, ressaltar na tarde de hoje o aumento do Produto Interno Bruto do Brasil no segundo semestre de 2013. O aumento do PIB brasileiro só ficou atrás da China. Vejam como está o nosso país! Nesses dez anos os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff melhoraram significativamente o nosso país. O aumento foi de 1,5% no segundo trimestre. Anualizando, o aumento foi de 3,3%.

Sr. presidente, fica somente o lamento da mídia e dos economistas de plantão, que espalham o pessimismo no país. Mas o governo da presidenta Dilma Rousseff responde com trabalho. Aliás, a má vontade, o pessimismo e o terrorismo da nossa imprensa, principalmente em relação às questões econômicas, merecem aqui o nosso repúdio.

Veja bem, sr. presidente, começaram o ano falando de um apagão; o governo respondeu com a redução da tarifa da energia. Infelizmente, a Celesc em Santa Catarina não acatou na íntegra essa decisão e aumentou o valor da tarifa há poucos meses. Depois seguiram com o descontrole da inflação; o governo respondeu com a certeza de que a inflação de 2013 será menor do que a de 2012. Recentemente vieram com a estagnação da nossa economia; na prática, na vida real o Brasil continua crescendo, distribuindo renda, criando emprego e melhorando a vida dos brasileiros."

Solicito à assessoria que ponha no ar um vídeo que retrata algumas mudanças ocorridas em nosso país e que na ótica do povo brasileiro vêm-se consolidando.

(Procede-se a exibição de vídeo.)

Na área da educação posso citar o Fies, o ProUni, as cotas, os Institutos Federais de Educação e a escola em tempo integral conveniada com alguns municípios do estado de Santa Catarina. Podemos citar os recursos que vieram para o estado, oriundos do governo federal, que resultaram nos pactos anunciados pelo governo de Santa Catarina na área da segurança, da educação e da saúde, do enfrentamento ao problema do *crack*!

Então, temos que enaltecer as coisas boas e criticar o que vai mal. Mas há muitas coisas boas acontecendo em nosso país.

O Brasil da presidenta Dilma, do ex-presidente Lula sofreu mudanças históricas. Viramos a página da exclusão e continuamos gerando esperança de um país cada vez melhor. Esperança porque soubemos plantar uma semente de um país para todos, de um país sem miséria, sem pobreza, de um país onde todos têm os mesmos direitos.

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. parlamentares.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira pronunciar-se, esta Presidência encerra a sessão e convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao deputado Paulo Stuart Wright, *in memoriam*.

Está encerrada a sessão.